



JEDavidson:kvo

**U.S. Department of Justice**  
Civil Division  
Office of International Judicial Assistance

---

*U.S. Central Authority  
Benjamin Franklin Station  
P.O. Box 14360  
Washington, D.C. 20044  
+1 (202) 514-6700  
OIIA@usdoj.gov*

11 de junho de 2018

**Assistência Disponível nos Estados Unidos de acordo com as Convenções Internacionais relativas a Citação, Intimação e Notificação de Documentos e Coleta de Provas**

***Citação, Intimação e Notificação de Documentos***

O Gabinete de Assistência Jurídica Internacional (“OIIA”) do Departamento de Justiça dos EUA atua como a Autoridade Central de acordo com a Convenção de Haia relativa à Citação, Intimação e Notificação de Documentos Judiciais no Estrangeiro e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial (“Convenção de Haia sobre Citação”). O OIIA também atua como a Autoridade Central em conformidade com o Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (“Convenção Interamericana”), da qual os Estados Unidos é signatário para fins de citações, intimações e notificações jurídicas de documentos. Além disso, o OIIA lida com solicitações de citações, intimações e notificações recebidas de Estados que não fazem parte de Convenções por meio de canais diplomáticos. Solicitações de citações e intimações judiciais junto ao Governo dos EUA, de seus departamentos, agências ou órgãos devem ser enviadas diretamente ao OIIA. A citação, intimação e notificação de documentos judiciais e extrajudiciais direcionados a pessoas físicas ou empresas localizadas nos Estados Unidos é realizada por meio de uma empresa privada contratada. Assim, essas solicitações de citações, intimações e notificações e as consultas relativas a citações, intimações e notificações devem ser enviadas diretamente à empresa contratada pelo OIIA, ABC Legal (previamente conhecida como PFI), situada em 633 Yesler Way, Seattle, WA 98104 EUA. Para solicitações de citações, intimações e notificações de acordo com a Convenção de Haia ou de cartas rogatórias por meio de canais diplomáticos, os documentos precisam estar acompanhados de uma taxa de tramitação de US\$ 95, paga à ABC Legal Services. Não há taxa para solicitações de citações, intimações e notificações de acordo com a Convenção Interamericana ou solicitações de citações e intimações judiciais junto ao Governo dos EUA. Informações adicionais disponíveis em: <http://www.hagueservice.net/homepage.asp?lang=english> e <https://www.hcch.net/en/states/authorities/details3/?aid=279>. Visite o nosso site caso precise de orientação: <https://www.justice.gov/civil/service-requests>.

Para obter informações sobre o andamento de uma solicitação de citações, intimações e notificações pendente enviada à ABC Legal, entre em contato com [info@hagueservice.net](mailto:info@hagueservice.net) ou através do número (001) 206-521-2970.

Os Estados Unidos não fazem objeção à entrega informal de tais documentos pelo correio ou por pessoas físicas – caso de acordo com a lei aplicável – desde que nenhuma coação seja utilizada. Nesses casos, não há exigência de que as solicitações de citação, intimação e notificação sejam enviadas à ABC Legal para atendimento.

## *Coleta de Provas*

Os Estados Unidos cumprirá as Cartas de Solicitação enviadas de acordo com a Convenção de Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial (“Convenção de Haia sobre Provas”) ou cartas rogatórias recebidas por meio de canais diplomáticos buscando testemunhos específicos ou documentos de testemunhas devidamente identificadas.<sup>1</sup> Atendemos às solicitações que buscam o cumprimento de um ato judicial que os tribunais nos Estados Unidos possam realizar nos termos da lei dos EUA. O escopo dos atos judiciais elegíveis é normalmente definido pelas Normas Federais de Processo Civil dos EUA.<sup>2</sup> As informações a seguir fornecem uma visão geral da assistência judiciária internacional em matéria civil e comercial nos Estados Unidos relativa a diversos tipos de provas comumente solicitadas.

Para os membros da Convenção de Haia sobre Provas, as Cartas de Solicitação podem ser enviadas diretamente ao nosso gabinete no endereço abaixo:

U.S. Department of Justice  
Civil Division  
Office of International Judicial Assistance  
Benjamin Franklin Station  
P.O. Box 14360  
Washington, D.C. 20044  
United States of America

As Cartas de Solicitação também podem ser enviadas eletronicamente para a Autoridade Central dos EUA pelo endereço eletrônico [OIJA@usdoj.gov](mailto:OIJA@usdoj.gov).

As solicitações feitas por cartas rogatórias são transmitidas através dos canais diplomáticos para o nosso gabinete. As cartas rogatórias transmitidas ao Departamento de Estado dos EUA devem conter, preferencialmente, uma carta de encaminhamento que declare que a solicitação de provas destina-se à utilização em matéria civil ou comercial e solicite que o Departamento de Estado dos EUA transmita as cartas rogatórias ao OIJA para cumprimento. As cartas rogatórias devem ser enviadas para o endereço abaixo:

Judicial Assistance Officer  
U.S. Department of State  
Office of Legal Affairs (CA/OCS/L)  
SA-17, 10th Floor  
2201 C Street, NW  
Washington, DC 20522-1710

---

<sup>1</sup> Observe que os Estados Unidos é membro somente do Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (“Convenção Interamericana”) para fins de citações, notificações e intimações judiciais e não de coleta de provas. Portanto, as solicitações de provas feitas de acordo com a Convenção Interamericana serão devolvidas sem cumprimento. A solicitação teria, então, de ser reapresentada por meio de canais diplomáticos ou de acordo com a Convenção de Haia sobre Provas, se a Autoridade Requerente for um membro dessa Convenção.

<sup>2</sup> Disponível para download em <http://www.uscourts.gov/uscourts/rules/civil-procedure.pdf>.

## I. Requisitos Gerais para Solicitações de Assistência Judicial Internacional

Uma solicitação deve, normalmente, conter os nomes das partes no procedimento estrangeiro e uma descrição suficientemente detalhada da natureza do processo subjacente. A solicitação deve fornecer o endereço para o qual qualquer correspondência ou prova obtida deve ser enviada, geralmente a Autoridade Central ou a Autoridade Requerente. Se a solicitação não fornecer um endereço, o cumprimento poderá sofrer atraso ou a devolução da prova poderá não ser bem-sucedida. Se forem solicitadas provas documentais, a solicitação deve conter uma descrição dos documentos que permita a identificação por parte da autoridade competente responsável pelo cumprimento da solicitação. Se a solicitação requerer testemunhos, então deverão ser incluídos o nome e os dados de contato da testemunha e uma lista de perguntas específicas a serem apresentadas, bem como quaisquer instruções que a Autoridade Requerente possa ter em relação à maneira de fazer os questionamentos, ou seja, independentemente de serem juramentadas ou não, e de quaisquer prerrogativas serem aplicáveis. Todas essas informações devem ser fornecidas em inglês. A menos que um depoimento seja especificamente solicitado, o método de obter testemunho é por meio de respostas escritas aos interrogatórios. Se o Tribunal necessitar de um depoimento,<sup>3</sup> a solicitação deve: (1) declarar claramente que é necessária uma transcrição oficial do testemunho; (2) oferecer garantias de que o custo do escrivão será pago; e (3) fornecer os dados de contato (preferencialmente por e-mail) da parte responsável pelo pagamento ao escrivão (consulte a Seção II.b). Se uma solicitação de depoimento não apresentar todas essas informações, o depoimento será obtido por meio de respostas escritas.

Para garantir uma tramitação eficiente e rápida, encorajamos as Autoridades Requerentes a fornecer seus dados de contato, preferencialmente um endereço de e-mail, para o qual consultas de esclarecimento possam ser enviadas. Esses dados de contato também podem ser usados para buscar garantias de reembolso de despesas e facilitar o pagamento quando necessário (*consulte* a Seção II.b). Aconselhamos, também, as Autoridades Requerentes a usar o modelo de Carta de Solicitação fornecido pela Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado como uma diretriz para garantir que a solicitação inclua todas as informações necessárias.<sup>4</sup> Consulte o nosso site para informações adicionais: <https://www.justice.gov/civil/evidence-requests>.

## II. Considerações Processuais

### a. *Momento da Execução*

Embora tentemos agir rapidamente ao atender a pedidos de provas, às vezes a execução sofre atrasos devido a circunstâncias que fogem ao nosso controle. Geralmente, os pedidos de provas serão executados de 3 (três) a 6 (seis) meses. No entanto, se a testemunha não estiver disposta ou não puder fornecer as provas voluntariamente, a prova deverá então ser compulsória,

---

<sup>3</sup> Depoimentos nos Estados Unidos exigem que um escrivão faça uma transcrição do depoimento. O serviço de um escrivão para depoimentos acarreta custos, aproximadamente de US\$ 200 a US\$ 250 por testemunha, que deverão ser reembolsados.

<sup>4</sup> Disponível em <https://assets.hcch.net/docs/e7b6b267-49e9-4e02-b814-c0780e5b65e3.pdf> (observe que este formulário também oferece orientações úteis para as Autoridades Requerentes que enviam solicitações através de canais diplomáticos, uma vez que os requisitos para solicitações enviadas de acordo com qualquer um dos métodos são semelhantes).

de acordo com o item 28 do Código dos Estados Unidos, parágrafo 1782 (28 U.S.C. § 1782), que normalmente é um processo mais demorado.

Se a solicitação especificar a data em que a Autoridade Requerente pretende ter o recebimento da resposta, levaremos essa data em consideração. No entanto, em muitos casos, podemos não conseguir cumprir o prazo estipulado. A nossa prática habitual, nessa hipótese, é proceder à execução e enviar uma carta acusando o recebimento à Autoridade Requerente, explicando por que não conseguiremos cumprir o prazo estipulado. Se, em algum momento, a prova não for mais necessária, por favor, nos avise por e-mail através do endereço eletrônico [OIJA@usdoj.gov](mailto:OIJA@usdoj.gov).

#### b. *Despesas e Honorários*

Os Estados Unidos podem, de modo geral, atender a solicitações sem reembolso. No entanto, os Estados Unidos podem solicitar o reembolso de quaisquer custos de terceiros associados à obtenção da prova solicitada. Normalmente, isso envolve taxas de citações e intimações judiciais, taxas de escrivães para um depoimento ou despesas de laboratório para coleta de uma amostra de DNA. Quando permitido e possível, nosso gabinete fornecerá informações sobre onde efetuar o pagamento, para que o tribunal estrangeiro ou partes do litígio possam efetuar o pagamento diretamente. Faremos o possível para notificar o tribunal estrangeiro de quaisquer despesas que prevermos que precisarão ser pagas antecipadamente. Se o reembolso for solicitado, o pagamento à Procuradoria dos EUA deve ser realizado preferencialmente por cheque. No entanto, sempre que possível, também forneceremos informações sobre como reembolsar a Procuradoria dos EUA por transferência financeira.

### III. Solicitações que os Estados Unidos Não Podem Atender

#### a. *Investigações*

Nos Estados Unidos, os tribunais não podem conduzir investigações factuais ou contratar investigadores particulares. Além disso, os Estados Unidos não mantêm um registro central de seus cidadãos. Portanto, não podemos atender a solicitações que buscam obter o endereço ou o empregador, os ativos e as propriedades, o estado civil, a situação social e econômica ou outras investigações relacionadas à herança de uma pessoa que exijam investigação. Também não podemos atender a solicitações que buscam uma investigação sobre a saúde e o bem-estar de menores localizados nos Estados Unidos. As Autoridades Requerentes e as partes do litígio são livres para contratar investigadores independentemente para obter as informações desejadas. Alternativamente, a embaixada do país estrangeiro e os funcionários do consulado podem realizar visitas de “bem-estar e paradeiro” e, sob certas circunstâncias, as secretarias estaduais de assistência social podem prestar assistência se forem diretamente contatadas pela Autoridade Requerente ou litigantes. O OIJA não desempenha nenhum papel em tais visitas.

Existem também diversos mecanismos de busca na Internet que permitem que as partes localizem um endereço de um indivíduo ou identifiquem empresas que executam “*skip tracing*”, um termo usado para descrever o processo de localização de indivíduos cujos endereços são desconhecidos. Uma vez identificado o endereço, as partes podem entrar em contato com o

indivíduo para verificar se ele ou ela providenciará voluntariamente as provas necessárias, ou a Autoridade Requerente poderá solicitar assistência judiciária internacional, que deve conter os dados de contato da testemunha e uma lista de perguntas a serem feitas à testemunha. As solicitações também podem ser apresentadas para confirmar se um endereço ainda é válido, mas somente se informações suficientes de identificação sobre o indivíduo e seu último endereço conhecido forem também fornecidas.

Para as investigações sociais ou econômicas, uma alternativa é a Autoridade Requerente emitir uma solicitação, identificando uma testemunha com conhecimento da situação social ou econômica da pessoa e disponibilizando uma lista de perguntas a serem feitas a essa testemunha. Por exemplo, se o indivíduo está, ou já esteve, empregado nos Estados Unidos e a Autoridade Requerente pode identificar o(s) empregador(es), o depoimento e a prova documental sobre a renda do indivíduo podem ser solicitados. Além disso, se a Autoridade Requerente identificar imóveis pertencentes ao indivíduo, poderemos obter registros de propriedades. Também poderemos obter informações sobre contas bancárias específicas (*consulte* a Seção IV.g).

#### b. *Pareceres Jurídicos ou Consultivos*

As solicitações de pareceres jurídicos estão fora do escopo da assistência judicial que o OIJA pode oferecer. Os tribunais dos EUA não podem emitir pareceres consultivos sobre questões jurídicas. *Consulte* também o Relatório relativo ao Trabalho da Comissão Especial de Maio de 1985 sobre a Operação da Convenção de 18 de março de 1970 sobre Obtenção de Provas no Exterior em Matéria Civil ou Comercial, Parte I, § 1 (D). Portanto, solicitações que buscam interpretações de lei ou pareceres jurídicos não podem ser atendidas. A fim de obter um parecer jurídico sobre a lei, as partes podem contratar um advogado particular licenciado na jurisdição relevante dos EUA para conduzir pesquisas jurídicas.

#### c. *Execução de uma Sentença ou Decisão Judicial*

As solicitações para execução de uma sentença ou ordem judicial estão fora do escopo da assistência judicial que o OIJA pode oferecer. Além disso, não podemos atender a solicitações que exijam apreensão de ativos, penhora de salários, transferência de propriedade ou qualquer outra ação afirmativa. Para executar uma sentença ou ordem judicial estrangeira, apreender bens, transferir propriedade ou adotar qualquer ação legal afirmativa nos Estados Unidos, as partes devem contratar um advogado particular que deve entrar com uma ação civil no tribunal dos EUA que tenha jurisdição sobre a pessoa ou propriedade em questão.

#### d. *Informações sobre Imposto de Renda*

No caso de solicitações que buscam informações referentes a imposto de renda junto ao *Internal Revenue Service – IRS*, o contribuinte ou pessoa autorizada a solicitar os registros fiscais (no caso de um contribuinte falecido ou entidade comercial) pode providenciar o consentimento necessário preenchendo um dos vários formulários do IRS, dependendo da informação solicitada. O IRS só é capaz de fornecer cópias de registros e não pode investigar ou conduzir pesquisas sobre o histórico fiscal do contribuinte. O Formulário 4506 (declarações fiscais) e Formulário 4506T (transcrições de impostos) devem ser usados para conceder o consentimento necessário

(formulários e instruções disponíveis on-line em <https://www.irs.gov/uac/form-8821-tax-information-authorization>). O formulário assinado deve ser recebido pelo IRS no prazo de 120 dias a contar da data de assinatura. Além disso, há uma taxa de US\$ 50 para cada declaração de imposto solicitada e o pagamento deve ser feito através de cheque ou ordem de pagamento. Observe que não há taxa para obter transcrições de impostos. O indivíduo que está autorizado a conceder o consentimento deve preencher o formulário e designar o tribunal estrangeiro como a parte apta a receber os registros. Se o IRS puder fornecer quaisquer registros, irá encaminhá-los diretamente para o tribunal estrangeiro. Nosso gabinete não está envolvido em pedidos de registros do IRS. Para obter mais detalhes sobre como solicitar registros do IRS, entre em contato com o OIJA.

*e. Depoimento Voluntário por meio de Videoconferência*

Os Estados Unidos ocasionalmente recebem solicitações para que o depoimento de um indivíduo nos Estados Unidos seja feito por meio de videoconferência e conduzido por um juiz ou advogado de um país estrangeiro.

O OIJA é incapaz de executar este tipo de solicitação, uma vez que o pedido não solicita aos Estados Unidos que obtenham diretamente as provas em nome do tribunal estrangeiro. O OIJA atenderá somente a solicitações de que os Estados Unidos, como estado requerido, obtenha diretamente as provas da testemunha. Assim, o OIJA não pode atender a uma solicitação que nos exija estabelecer uma videoconferência para que o tribunal estrangeiro ou o advogado estrangeiro, em vez de um advogado do Departamento de Justiça dos EUA, possa fazer as perguntas diretamente. No entanto, tal declaração por videoconferência é adequada e não viola as leis dos EUA, desde que seja voluntária. Se for esse o caso, o depoimento pode ser organizado de forma particular.

Se a testemunha, no entanto, não estiver disposta a comparecer voluntariamente a este depoimento por videoconferência, o tribunal estrangeiro pode enviar uma solicitação ao nosso gabinete. Nesse caso, o tribunal estrangeiro forneceria ao OIJA o nome e o endereço da testemunha e as perguntas específicas a serem feitas à testemunha. Um Advogado do Departamento de Justiça compeliaria a testemunha a comparecer ao depoimento emitindo uma intimação. A pedido do tribunal estrangeiro, os advogados das partes interessados ou um juiz estrangeiro podem estar presentes no depoimento. No momento do depoimento, o Procurador do Departamento de Justiça pode fazer as perguntas apresentadas na solicitação à testemunha. Qualquer pessoa da Autoridade Requerente presente no momento do depoimento só poderá fazer perguntas adicionais que esclareçam as perguntas apresentadas na solicitação. A transcrição da declaração será devolvida ao tribunal estrangeiro pelo OIJA. Para obter mais informações, visite o Perfil para Videoconferência da Autoridade Central dos EUA: <https://assets.hcch.net/docs/b4f23c79-dc6f-41c8-a7f7-23906749750a.pdf>.

#### IV. Limitações a Determinados Tipos de Solicitações

##### a. *Obtenção de Decisões Judiciais, Informações Corporativas e Outras Informações Disponíveis Publicamente*

Informações disponíveis publicamente, como cópias de decisões judiciais, leis e informações de registro de empresa, são consideradas pelos Estados Unidos como além do escopo de assistência que pode ser oferecido por nosso gabinete, uma vez que não está dentro da função do judiciário dos EUA fornecer tais documentos.

A Autoridade Requerente ou as partes no litígio podem obter cópias dos documentos judiciais identificando o tribunal em questão e visitando o site desse tribunal. Usando um mecanismo de busca na Internet, a Autoridade Requerente ou as partes podem identificar o site do tribunal em questão, procurando o tribunal pelo nome. Além disso, o Acesso Público aos Registros Eletrônicos do Tribunal (“PACER”) é um serviço de acesso público eletrônico que permite aos usuários obter informações pela internet sobre o caso e o registro em tribunais federais de recursos, distritos e falências. O PACER está disponível em [www.pacer.gov](http://www.pacer.gov). Observe que alguns sites podem exigir a criação de uma conta ou cobrar pela obtenção de documentos. A maioria dos tribunais dos EUA pode fornecer diretamente registros judiciais certificados mediante o pagamento de uma taxa, que precisará ser paga ao tribunal pela Autoridade Requerente ou partes do litígio.

Informações de registro de empresas podem ser obtidas junto à Secretaria de Estado, com base no estado em que a empresa está constituída. Por exemplo, para obter informações sobre uma empresa constituída na Califórnia, visite o site da Secretaria de Estado da Califórnia: <http://www.sos.ca.gov/>. Observe que alguns estados requerem pagamento para acesso a informações de empresa que precisarão ser pagas pela Autoridade Requerente ou pelas partes no litígio.

##### b. *Registros Civis*

Registros civis como certidões de nascimento, atestados de óbito, certidões de casamento e mandado de averbação de divórcio<sup>5</sup> podem ser obtidos do governo local do estado em que ocorreu o ato em questão. O Centro Nacional de Estatísticas de Saúde (<https://www.cdc.gov/nchs/w2w/index.htm>) disponibiliza links com informações referentes aos registros civis de cada estado. Algumas pessoas físicas, conforme determinado pelo estado, dependendo do tipo de registro, podem solicitar cópias de registros civis diretamente do estado ou através do VitalChek (<https://www.vitalchek.com/>). Se o Tribunal ou os litigantes do processo estrangeiro não puderem obter um registro civil diretamente, nosso gabinete poderá obter o registro por meio de uma ordem judicial de acordo com o item 28 do Código dos Estados Unidos, parágrafo 1782. Uma solicitação de registros civis deve informar o estado que mantém o registro e todas as informações exigidas por esse estado para dar acesso ao registro.

---

<sup>5</sup> Observe que as sentenças de divórcio, descrevendo os termos do divórcio, não são documentos disponíveis publicamente e só podem ser obtidos por uma parte no processo ou por meio de uma ordem judicial. No entanto, é possível que tribunais estrangeiros ou partes do litígio estrangeiro obtenham prova do divórcio na forma de um certificado ou “decree” em determinadas jurisdições.

c. *Autorização para Obter Registros de Previdência Social e Registros Médicos*

Segundo a lei dos EUA, os benefícios e registros médicos de uma pessoa física são confidenciais e não podem ser divulgados sem documento de autorização assinado pelo indivíduo, seu responsável legal ou representante legal.

i. Registros de Previdência Social

Os dados da previdência social, mantidos pela Administração de Previdência Social (“SSA”) dos EUA, são confidenciais e não podem ser divulgados sem formulário de consentimento assinado pelo indivíduo. Uma solicitação de dados da previdência social deve conter o nome, o número da previdência social (“SSN”) e a data de nascimento da pessoa cujos dados forem solicitados. Se o SSN não estiver disponível, o local de nascimento, o nome de solteira da mãe ou o nome do pai da pessoa devem ser informados, além do nome e data de nascimento da pessoa. A solicitação também deve fornecer informações básicas que expliquem por que os registros são necessários. As informações e registros solicitados devem ser claramente identificados e descritos ou a solicitação não será processada. Por último, o formulário de consentimento deve incluir uma assinatura clara e legível. *Consulte em* <https://secure.ssa.gov/apps10/poms.nsf/lnx/0203305003>.

Quando informações não fiscais, como pagamentos de pensão, benefícios de previdência social etc., forem solicitadas, a pessoa física deve preencher o Formulário SSA-3288 para conceder o consentimento necessário, disponível em <http://www.ssa.gov/online/ssa-3288.pdf>. Este formulário deve ser preenchido em sua totalidade e assinado pelo indivíduo. O formulário de consentimento assinado deverá ser recebido pela SSA dentro de um ano a partir da data da assinatura do indivíduo. Com algumas exceções, se a solicitação buscar informações não fiscais relativas a uma pessoa falecida, esses registros podem ser divulgados sem o consentimento quando a solicitação incluir uma prova de óbito aceitável. *Consulte em* <https://secure.ssa.gov/apps10/poms.nsf/lnx/0203315010>. Para informações relacionadas a impostos, incluindo informações de ganhos e emprego, o Formulário SSA-7050-F4 será usado para que uma pessoa autorizada conceda o consentimento, disponível em <https://www.ssa.gov/forms/ssa-7050.pdf>. O formulário de consentimento deverá ser recebido pela SSA dentro de 120 dias da data da assinatura do indivíduo. Para obter informações mais detalhadas sobre como solicitar corretamente registros da SSA, entre em contato com a OIJA.

ii. Registros Médicos

Os prestadores de serviços de saúde não podem divulgar os registros médicos, a menos que tenha sido dada autorização pelo paciente ou por um representante legal desse paciente. O paciente ou o representante legal deve apresentar o formulário para liberação de informações médicas contendo: (1) o nome ou identificação da(s) pessoa(s)/grupo de pessoas autorizadas a realizar a solicitação; (2) o nome ou identificação de outra(s) pessoa(s)/grupo de pessoas a quem a entidade responsável pelos serviços de saúde pode divulgar informação protegida relacionada a saúde; (3) uma descrição da informação a ser usada/divulgada que identifique especificamente a informação; (4) uma descrição de cada finalidade do uso/divulgação solicitada; (5) uma data de vencimento ou um evento de vencimento relacionado ao indivíduo ou ao propósito do uso ou divulgação; (6) uma

assinatura do indivíduo e data; (7) um reconhecimento de que o paciente ou representante foi notificado do seu direito de revogar a autorização por escrito; (8) uma descrição de como o indivíduo pode revogar a autorização e as exceções ao direito de revogar; (9) aviso de que o tratamento, pagamento, inscrição ou elegibilidade para benefícios não pode ser condicionado ao paciente que assina o formulário de autorização; e (10) aviso de que a divulgação de acordo com a autorização pode estar sujeita a nova divulgação e pode não mais ser protegida por lei federal. 45 C.F.R. § 164.508(a)(2) (2013). Se um formulário de autorização não apresentar todas as informações necessárias, o OIJA não poderá atender a solicitação. Entre em contato pelo endereço eletrônico [OIJA@usdoj.gov](mailto:OIJA@usdoj.gov), para que o OIJA possa providenciar uma amostra do Formulário de Modelo de Autorização Médica, uma amostra de uma Carta de Apresentação e uma Folha de Instruções.

#### d. *Travessia de Fronteira e Registros de Imigração*

Nos Estados Unidos, os registros de travessia de fronteira e de imigração são mantidos por diferentes departamentos e agências dentro do governo dos EUA. Portanto, o tipo de registro procurado determinará qual departamento e agência conduzirá a solicitação.

A Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (“CBP”) mantém determinados registros referentes às entradas e saídas dos Estados Unidos por qualquer indivíduo. Para obter esses registros, a solicitação deve conter informações de identificação relativas ao indivíduo para que seus registros possam ser localizados. A solicitação deve conter o nome completo e a data de nascimento do indivíduo, bem como o número do passaporte, se disponível. Para obter uma orientação mais detalhada sobre como solicitar registros da CBP, entre em contato com o OIJA.

Os Serviços de Cidadania e Imigração dos EUA (“USCIS”) mantêm registros do status de imigração e cidadania de um indivíduo. Para obter esses registros, a solicitação deve conter informações de identificação relativas ao indivíduo para que seus registros possam ser localizados. A solicitação deve conter o nome do indivíduo, a data de nascimento e a naturalidade. Se disponível, forneça também quaisquer pseudônimos, o número do A-File do indivíduo (número de imigração dos EUA) e o SSN. Em algumas situações, os USCIS não conseguirão localizar os registros (devido à idade ou falta de informações de identificação) ou o indivíduo estará protegido por uma cláusula de confidencialidade e, portanto, os registros não estarão disponíveis.

Solicitações de visto e informações sobre passaportes dos EUA são direcionadas ao Departamento de Estado dos EUA, mas a divulgação desses registros será feita caso a caso. A Lei de Imigração e Nacionalidade (“INA”) § 222(f), 8 U.S.C. § 1202(f), determina que os registros de vistos são confidenciais e que, com exceções limitadas, as informações nos registros de vistos “serão usadas somente para formulação, alteração, administração ou aplicação da imigração, nacionalidade e outras leis dos Estados Unidos.” A Seção 222(f)(1) concede ao Secretário de Estado a liberdade de divulgar cópias autenticadas de registros, que podem ser disponibilizadas a um tribunal estrangeiro que “certifique que as informações contidas em tais registros são necessárias ao tribunal no interesse da justiça em um processo pendente perante o tribunal.” Para que o Departamento de Estado dos EUA verifique se as provas devem ser fornecidas “no interesse da justiça”, a solicitação deve explicitar claramente as razões pelas quais as informações são

solicitadas e fornecer informações básicas sobre o caso que indicam como essa prova ajudará na resolução do caso.

e. *Dados de Importação e Exportação*

A Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP) dos EUA também mantém registros sobre importações e exportações partindo dos Estados Unidos, incluindo informações sobre apreensões. Os pedidos de informações de importação devem incluir informações suficientes para identificar as remessas em questão ou descrever especificamente os tipos de informações solicitadas e um intervalo de datas para uma busca. A CBP é limitada por estatutos em relação às circunstâncias em que pode fornecer dados de exportação e é especificamente proibida por lei de fornecer informações de exportação para fins de execução comercial. Para obter orientações mais detalhadas sobre como solicitar dados de importação e exportação, entre em contato com o OIJA.

f. *Comunicações Eletrônicas*

Uma solicitação pode ser feita para obter comunicações eletrônicas, como e-mails, de um provedor de serviços de internet (Google, Yahoo, Facebook etc.). No entanto, os prestadores de serviços de internet não são obrigados a divulgar o *conteúdo* das comunicações no contexto de pedidos de assistência judicial internacional civil. *Consulte* a Lei de Armazenamento de Comunicações (SCA), codificada como item 18 do Código dos Estados Unidos, parágrafos §§ 2701-2711 (18 U.S.C. §§ 2701-2711). Provavelmente, tudo o que será obtido de acordo com uma Carta de Solicitação são registros de usuário e registro do cliente, que podem incluir o nome do cliente, endereço, registros de conexão telefônica local e interurbana ou registros dos tempos e duração da sessão (incluindo data de início) e tipos de serviços utilizados; número de telefone ou dispositivo ou outro número de assinante ou identidade, incluindo qualquer endereço de rede atribuído temporariamente; e meios e fonte de pagamento para tal serviço (incluindo qualquer número de cartão de crédito ou conta bancária). Essas solicitações sempre exigem uma ordem judicial, que a Autoridade Central dos EUA, por meio de uma Procuradoria dos EUA, obterá de acordo com o item 28 do Código dos Estados Unidos, parágrafo 1782(a) (28 U.S.C. § 1782(a)). Para que essas solicitações sejam atendidas, a solicitação deve incluir uma cópia da ordem judicial estrangeira, com uma tradução para o inglês, explicando a evidência específica solicitada e sua relevância para o processo estrangeiro.

Observe que a Primeira Emenda da Constituição dos EUA protege o direito à liberdade de expressão na internet, incluindo o direito de um autor permanecer anônimo. Embora esse direito não seja ilimitado, o nível de proteção concedido a um interveniente depende das circunstâncias e do tipo de discurso em questão. Oferece-se ao discurso político o mais alto nível de proteção, enquanto ao discurso comercial é oferecida uma medida limitada de proteção. Além disso, os tribunais dos EUA têm sido claros em sustentar que os provedores de serviços de internet podem assegurar os direitos da Primeira Emenda em nome de seus usuários. Quando uma solicitação implica nas proteções à Primeira Emenda, antes de decidir se deve emitir a ordem judicial, os tribunais dos EUA determinam a natureza do discurso envolvido e o tipo de análise apropriada para usar na ponderação dos direitos das partes. Independentemente do tipo de análise escolhida, os tribunais dos EUA devem receber informações suficientes sobre a causa subjacente da ação e do processo, bem como a relevância das provas solicitadas, a fim de verificar se deve emitir uma

ordem judicial que exija a prova. Se não forem disponibilizadas ao OIJA informações suficientes para este tipo de análise, a solicitação será devolvida sem cumprimento.

*g. Registros Bancários*

Para obter registros bancários, a solicitação deve incluir informações sobre contas bancárias específicas. A solicitação deve incluir o nome completo do titular da conta, o nome do banco no qual a conta é mantida, o número da conta e, de preferência, outras informações de identificação pessoal, como número de previdência social, endereço do indivíduo, data de nascimento etc. As solicitações que apresentam somente o nome de um indivíduo e o nome do banco não podem ser atendidas; são necessárias informações de identificação adicional sobre o indivíduo. Essas solicitações normalmente exigem uma ordem judicial, que a própria Autoridade Central dos EUA, por meio de uma Procuradoria dos EUA, obterá de acordo com o item 28 do Código dos Estados Unidos, parágrafo 1782(a). Além disso, todas as principais instituições financeiras possuem uma área administrativa de caráter nacional para o processamento de intimações. Embora uma solicitação deva identificar uma agência bancária ou localização específica, essas solicitações sempre serão encaminhadas para a área administrativa correspondente designada em nível nacional. Observe que, de acordo com a lei federal dos EUA, as instituições financeiras só mantêm registros de clientes e empresas por até 7 anos ou, no máximo, 10 anos.

Se a solicitação estiver buscando provas de alguma das afiliadas da J.P. Morgan Chase Bank N.A (incluindo Chase Bank N.A., Chase Bank USA etc.), por favor inclua “J.P. Morgan Chase Bank N.A.” como testemunha no pedido. Para registros do Bank of America, a solicitação deve incluir o período de tempo para o qual os registros estão sendo solicitados. Por fim, o Bank of New York não é mais uma pessoa jurídica; portanto, nomeie “The Bank of New York Mellon Corporation” ou “The Bank of New York Mellon” como testemunha. Se recebermos solicitações para essas instituições que não sigam essas diretrizes, teremos que devolvê-las sem cumprimento.

*h. Amostras de DNA*

Nos Estados Unidos, as solicitações de amostras de DNA devem conter os nomes da mãe, filho e suposto pai, junto ao seu endereço atual. Se possível, a data de nascimento ou o número de previdência social do suposto pai também devem ser informados. A solicitação também deve apresentar fatos suficientes para mostrar que há embasamento para acreditar que a testemunha poderia ser o pai da criança em questão. Se não recebermos informações suficientes para identificar claramente o suposto pai e sua possível conexão com a criança, não poderemos executar a solicitação. Além disso, o laboratório médico estrangeiro encarregado de analisar a amostra de DNA deve providenciar os materiais a serem utilizados para obter a amostra (como um kit para coleta de saliva), fornecer instruções para obter a amostra de DNA e indicar quais documentos de identificação devem ser fornecidos pelo indivíduo no momento da retirada da amostra (foto, impressões digitais, cópia do passaporte). A solicitação também deve incluir um endereço no qual a amostra deve ser devolvida, que não seja uma caixa postal. Observe que pode haver custos relacionados à obtenção de uma amostra de DNA, caso seja utilizado um laboratório particular que precisará ser reembolsado ao beneficiário (consulte a Seção II.b).

i. *Peritos*

Não podemos atender a solicitações para a nomeação de um perito não especificado para conduzir uma investigação ou auditoria e preparar um relatório. No entanto, em circunstâncias muito limitadas, quando a Autoridade Requerente identifica um perito específico para realizar um ato claramente definido e define previamente com o perito o pagamento direto dos seus serviços, podemos entrar em contato com esse perito e atender a solicitação. A solicitação também deve apresentar um ponto de contato para a entidade de interesse e garantias de que a entidade permitirá o acesso de peritos a seus registros. Se a solicitação exigir que o perito revise e analise documentos de uma entidade que não permita o acesso de peritos às suas instalações ou não providencie os documentos voluntariamente, deve-se enviar uma solicitação separada para obter registros claramente identificados, o que o OIJA fará mediante uma decisão judicial e emissão de uma intimação. Uma vez recebidos, os documentos serão encaminhados pelo OIJA ao perito para que seja realizada a análise. Esse tipo de solicitação não é comum e, até o momento, limitou-se a peritos em contabilidade que revisam um conjunto de registros da empresa claramente identificados.

V. Obtendo Provas Diretamente através dos Tribunais dos EUA

Sob a lei dos EUA, qualquer “parte interessada” pode apresentar um requerimento nos termos do item 28 do Código dos Estados Unidos, parágrafo 1782(a) a um Tribunal Distrital dos EUA e solicitar ao Tribunal que ordene a produção compulsória de provas nos Estados Unidos em apoio a litígios estrangeiros. *Consulte* o item 28 do Código dos Estados Unidos, parágrafo 1782(a). O OIJA não se envolve em processos iniciados por particulares.

VI. Informações para Contato

Embora todos os documentos judiciais precisem ser traduzidos para o inglês, podemos nos comunicar em espanhol por telefone ou e-mail. Em caso de dúvida, não hesite em entrar em contato conosco pelo endereço [OIJA@usdoj.gov](mailto:OIJA@usdoj.gov) ou pelo telefone +1-202-514-6700.